

DATAS INFANTO-AFETIVAS E VUNERABILIDADE EMOCIONAL: OS IMPACTOS PSICOLOGICOS DA AUSÊNCIA PARENTAL NA SOCIEDADE

Sylvio Santos Silva⁴¹

RESUMO

O presente estudo analisa, sob uma perspectiva interdisciplinar, os impactos psicossociais e éticos das datas comemorativas de cunho infanto-afetivo sobre crianças que vivenciam a ausência ou a fragilidade de vínculos parentais. A investigação parte da premissa de que o calendário festivo ocidental foi capturado por uma lógica de mercado que instrumentaliza o afeto, convertendo celebrações comunitárias em dispositivos de pressão consumista. O objetivo central é investigar como a publicitação de modelos familiares idealizados, pautados em núcleos biológicos e heteronormativos, atua como um potente gatilho de vulnerabilidade emocional e exclusão simbólica para sujeitos em situações de acolhimento, adoção ou configurações familiares diversas. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo de natureza bibliográfica, ancorando-se na Teoria do Apego de John Bowlby, na análise da Modernidade Líquida de Zygmunt Bauman e na sociologia da infância de Philippe Ariès. Os resultados apontam que a mercantilização do sentimento gera um abismo identitário na criança ao confrontar a sua realidade concreta com o "ideal" inalcançável das campanhas publicitárias. Conclui-se que o enfrentamento dessa problemática exige das instituições educativas e eclesiais um reposicionamento profético e inclusivo, capaz de desconstruir o apelo midiático e promover uma pedagogia da acolhida que ressignifique as celebrações à luz da pluralidade e da dignidade humana.

Palavras-chave: Infância; Ausência parental; Datas Comemorativas; Consumo.

INTRODUÇÃO

O presente estudo debruça-se sobre a complexa interseção entre as celebrações infanto-afetivas e a vulnerabilidade emocional de crianças que vivenciam a ausência, a negligência ou a ruptura de vínculos parentais estáveis. No cenário da modernidade líquida, as datas comemorativas transmutaram-se de marcos temporais de convivência comunitária para potentes instrumentos de mercantilização do afeto, pautados em modelos familiares idealizados que, sistematicamente, ignoram a pluralidade das configurações domésticas contemporâneas. A problemática central reside no fato de que a publicidade e o imaginário social reforçam padrões heteronormativos e núcleos biológicos rígidos como sinônimos de plenitude existencial, atuando como gatilhos de exclusão simbólica e sofrimento psíquico para aqueles que se encontram à margem desse "ideal" comercial. Tal fenômeno não apenas dita o comportamento de consumo,

⁴¹Mestrando em Teologia no Programa de Mestrado Profissional da FABAPAR. E-mail: ssylvio64@gmail.com

mas estabelece uma hierarquia de pertencimento, onde a criança sem a figura referencial celebrada é empurrada para uma invisibilidade traumática.

A fundamentação deste trabalho ancora-se em uma abordagem interdisciplinar que busca dialogar com a psicologia do desenvolvimento e a sociologia da infância, utilizando a Teoria do Apego de John Bowlby como eixo central para compreender a importância da base segura na formação da identidade. Adicionalmente, as análises de Zygmunt Bauman sobre a fragilidade dos laços humanos e de Philippe Ariès sobre a construção histórica da infância oferecem o suporte necessário para desconstruir a naturalização das pressões mercadológicas sobre o sentimento. Através de uma metodologia qualitativa de natureza bibliográfica, o artigo objetiva investigar como a instrumentalização do afeto aprofunda o abismo entre a realidade concreta das famílias e o apelo midiático, propondo uma necessária ressignificação dessas celebrações.

Diante do exposto, a pesquisa justifica-se pela urgência em propor uma ética da acolhida nas esferas educativas e eclesiais. Não se trata de invalidar as celebrações, mas de despi-las do caráter excludente e puramente mercantil, permitindo que o espaço da comemoração seja, acima de tudo, um lugar de integração e reconhecimento da alteridade. Ao final, espera-se que as reflexões aqui tecidas possam orientar práticas pastorais e pedagógicas mais inclusivas, capazes de mitigar os impactos da ausência parental e fortalecer o compromisso com a dignidade de toda criança, independentemente de sua estrutura familiar ou capacidade de consumo.

1. BASES TEÓRICAS DA PROBLEMÁTICA DA VULNERABILIDADE PARENTAL

A compreensão dos impactos emocionais e sociais das datas infanto-afetivas sobre crianças desprovidas de referências parentais estáveis exige um olhar interdisciplinar, capaz de integrar contribuições da psicologia do desenvolvimento, da sociologia da infância, dos estudos sobre consumo e mídia, e da teologia prática. Esta fundamentação não se limita a uma descrição técnica, mas busca identificar como as estruturas de poder e as normas sociais moldam o desenvolvimento psíquico do infante. Aponta-se que a vulnerabilidade não é um estado estático, mas um processo dinâmico intensificado por ambientes que falham em oferecer reconhecimento e acolhida. Assim, os fundamentos conceituais aqui apresentados sustentam a análise de que as celebrações sazonais operam como catalisadores de tensões pré-existentes, exigindo uma desconstrução das narrativas hegemônicas sobre o núcleo familiar.

1.1. Datas infanto-afetivas: mercantilismo e a exclusão

A compreensão dos vínculos humanos e sua influência na saúde psíquica infantil ganha contornos científicos fundamentais a partir da Teoria do Apego. Conforme formulado originalmente por Bowlby (1984, p. 45), a tendência de criar laços emocionais fortes com figuras específicas é um componente biológico e existencial da natureza

humana, sendo considerado um requisito básico para o desenvolvimento psicológico saudável. Para o autor, a qualidade desses vínculos estabelecidos nos primeiros anos de vida influencia diretamente a regulação das emoções e a estruturação da identidade individual ao longo de toda a existência. Segundo Bowlby (1984, p. 48), quando a criança desfruta de um apego seguro, ela utiliza a figura cuidadora como uma "base segura" que lhe permite explorar o ambiente com confiança e curiosidade.

Em contrapartida, a ausência, a negligência ou a fragilidade desses laços primários, motivadas por fatores como abandono, luto, uso de substâncias químicas pelos responsáveis ou afastamentos prolongados, podem resultar em um quadro de insegurança ontológica e baixa autoestima. De acordo com Bowlby (1984, p. 50), tais rupturas geram dificuldades severas de socialização, pois a criança carece do modelo de previsibilidade e confiança necessário para interagir com o mundo. Complementando esta perspectiva, Stern (1985, p. 58) ressalta que o bem-estar infantil depende da sintonização do ambiente afetivo; na falta desta sincronia entre a necessidade da criança e a resposta do cuidador, o infante enfrenta o que se denomina exclusão simbólica, sentindo-se emocionalmente isolado mesmo em ambientes coletivos.

Nesse cenário, as datas comemorativas que reforçam simbolicamente a figura referencial ausente, como o "Dia das Mães" ou o "Dia dos Pais", atuam como potentes gatilhos psicológicos. Na visão de Coleman (2010, p. 41), estas celebrações tradicionais podem reativar memórias dolorosas e intensificar sentimento de perda e rejeição em crianças vulneráveis, uma vez que o sistema escolar e social foca exaustivamente em figuras que elas não possuem de forma estável. Assim, a data festiva deixa de ser um marco de alegria para se tornar um lembrete cíclico da privação afetiva.

Atualmente, o campo da psicologia do desenvolvimento reconhece que a saúde psíquica não está vinculada à biologia, mas à função do cuidado. Conforme observa Goldberg (2010, p. 73), o que assegura o equilíbrio emocional não é a composição de gênero ou o laço sanguíneo dos pais, mas a consistência e a segurança do suporte oferecido. Contudo, Norton e Sylvester (2017, p. 54) advertem que crianças em configurações familiares não tradicionais ou em situações de acolhimento ainda enfrentam o estigma da invisibilidade afetiva. Para Ritchie e Johnson (2021, p. 88), essa desconsideração da diversidade gera "lacunas simbólicas" que ferem o senso de pertencimento, exigindo das instituições educativas e sociais um reposicionamento ético que priorize a dignidade da criança sobre o tradicionalismo das datas civis.

1.2. Consumo, mídia e mercantilização do afeto

Na contemporaneidade, o fenômeno da mercantilização das emoções e das relações interpessoais tornou-se um dos objetos centrais de análise crítica da sociologia e da psicologia social. Zygmunt Bauman (2008, p. 37) caracteriza a modernidade líquida como um estágio em que a fluidez das relações humanas se traduz na transformação das emoções em mercadorias, processo que o autor denomina como a "commodificação das relações". Nesse cenário, as datas comemorativas, que tradicionalmente se destinavam à celebração do vínculo e da memória afetiva, são capturadas pela lógica do

capital, transformando-se em janelas de oportunidade para o mercado promover o que Bauman (2008, p. 40) chama de "sentimentalismo de vitrine". Esta experiência afetiva artificial é mediada por estratégias publicitárias que instrumentalizam o sentimento humano, direcionando estímulos de compra diretamente ao público infantil e estabelecendo uma equivalência perversa entre a presença emocional e a provisão material.

Este processo de mercantilização não se limita a uma distorção da autenticidade das relações, mas aprofunda drasticamente a exclusão social de crianças em contextos de vulnerabilidade. Aquelas que vivem em famílias monoparentais, em regime de acolhimento institucional ou em configurações homoafetivas enfrentam o que Anthony Giddens (1991, p. 85) identifica como uma pressão sobre a "segurança ontológica" frente às incertezas da modernidade. Para Giddens (1991, p. 88), a construção da identidade exige marcos de confiança; contudo, quando o afeto é condicionado ao consumo, crianças sem o suporte financeiro ou a estrutura familiar "padrão" veem sua segurança abalada. O afeto, que deveria ser construído a partir do reconhecimento social e do acolhimento genuíno, acaba sendo obscurecido pelo paradigma consumista vigente, como bem aponta Frost (2016, p. 29) ao analisar como o "ter" substitui o "ser" nos rituais de passagem da infância.

A mídia, ao atuar como o braço visível desse sistema, exerce um papel ambivalente e, por vezes, segregador. Enquanto reforça a naturalização de modelos familiares heteronormativos como padrão único de legitimidade, a publicidade promove um silêncio eloquente sobre as diversidades afetivas. Segundo Johnson (2021, p. 54), essa invisibilidade midiática contribui para processos sutis de exclusão simbólica no espaço público, enviando à criança uma mensagem de que sua família não é digna de celebração. A psicologia do desenvolvimento alerta que a internalização precoce da noção de que o amor está condicionado ao objeto gera frustrações profundas. Na visão de Coleman e Perrin (2013, p. 34), esse quadro é agravado quando o acesso a bens materiais é limitado pela condição socioeconômica, gerando um ciclo de baixa autoestima e alienação afetiva.

Portanto, conforme defende Parker (2018, p. 63), é fundamental problematizar as práticas mercadológicas que utilizam a carência emocional como motor de vendas. A mercantilização reforça um padrão cultural em que o valor do vínculo é medido pelo que pode ser exibido publicamente, o que prejudica a resiliência das relações interpessoais genuínas. Para Parker (2018, p. 65), o enfrentamento dessa realidade exige das instituições um olhar sensível que promova a valorização da afetividade autêntica e o reconhecimento da pluralidade das configurações familiares, funcionando como uma forma necessária de mitigar o abandono simbólico e proteger o desenvolvimento integral do infante.

1.3. Desenvolvimento social e mediação cultural

O desenvolvimento psicológico infantil, sob a égide da psicologia histórico-cultural, é indissociável das estruturas sociais e simbólicas que cercam o indivíduo. Segundo

Vygotsky (1998, p. 45), o desenvolvimento ocorre fundamentalmente por meio da mediação sociocultural, processo em que a criança internaliza os significados produzidos historicamente em seu ambiente. Nesse sentido, as interações sociais e os contextos simbólicos compartilhados são as bases para a construção da cognição e da identidade. Para o autor, a participação em rituais, celebrações e práticas coletivas não é um mero evento social, mas uma necessidade para a formação do sentido de pertencimento e do *self*. Conforme observa Vygotsky (1998, p. 52), a criança organiza suas funções psicológicas superiores ao transformar o que é vivido no plano interpessoal em uma realidade intrapessoal.

Dessa forma, a ausência ou a exclusão deliberada de crianças dessas vivências — seja por afastamento das celebrações tradicionais ou por estarem inseridas em contextos familiares não reconhecidos pelo corpo social — implica um empobrecimento das referências simbólicas que deveriam sustentar o seu desenvolvimento integral. De acordo com Harris (1998, p. 33), essa privação afeta a construção da identidade emocional e social, podendo traduzir-se em sentimentos profundos de marginalização. Para a autora, quando o ambiente social falha em oferecer espelhos identitários saudáveis, a criança enfrenta dificuldades no desenvolvimento da autoestima e das habilidades sociais, sentindo-se um "estrangeiro" dentro de sua própria cultura.

No contexto de famílias homoafetivas, essa mediação torna-se ainda mais complexa devido à invisibilidade institucional. Como aponta Goldberg (2010, p. 21), o estigma social decorre da hegemonia de modelos heteronormativos que ainda pautam as representações sociais predominantes. Essa barreira cultural limita a participação plena da criança em rituais socialmente valorizados, gerando o que Tasker (2005, p. 14) identifica como uma dissonância identitária: a criança percebe que o seu núcleo de amor e cuidado não possui lugar nas narrativas oficiais da sociedade. Conforme ressaltam Norton e Sylvester (2017, p. 76), o impacto negativo dessa invisibilidade pode comprometer a internalização positiva da identidade familiar se não houver uma mediação escolar e social inclusiva.

Portanto, a validação externa dessas configurações familiares é essencial para garantir a saúde emocional e a resiliência das crianças. Segundo defende Parker (2018, p. 63), a mediação cultural deve ser entendida como um processo dinâmico de transformação social, e não como uma reprodução passiva de padrões excludentes. Na visão de Frost (2016, p. 29), promover a equidade no processo de socialização exige que as instituições reconheçam a diversidade como valor fundamental. Assim, para Vygotsky (1998, p. 55) e Parker (2018, p. 64), uma abordagem crítica e inclusiva é o único caminho para romper com as barreiras da exclusão simbólica e assegurar que todas as crianças tenham acesso às práticas sociais que fortalecem seu desenvolvimento afetivo e identitário.

2. CUIDADO DIVINO: A PROTEÇÃO DA INFÂNCIA SOB UM OLHAR INCLUSIVO

Sob a ótica teológica, as Escrituras Sagradas manifestam uma atenção particular às crianças e aos órfãos, evidenciando uma responsabilidade divina intransigente para com os vulneráveis. O Salmo 68:5 caracteriza Deus como “pai dos órfãos” e protetor dos desamparados, estabelecendo um arquétipo de cuidado que deve ser replicado pela comunidade de fé. Da mesma forma, em Tiago 1:27, a definição de uma “religião pura e imaculada” é indissociável do cuidado prático aos necessitados, especialmente órfãos e viúvas em suas tribulações, (Bíblia, 1999, p. 123). Esta fundamentação bíblica não é apenas poética, mas normativa, exigindo que a práxis eclesial se posicione como um anteparo contra a negligência e a exclusão.

2.1. O imperativo ético e a pastoral da acolhida

Essa ênfase bíblica aponta para um imperativo ético e pastoral: as comunidades de fé são convocadas a promover a inclusão e o acolhimento, sobretudo em contextos carregados de simbolismo afetivo e cultural. Segundo observa Watson (2014, p. 87), as datas comemorativas infanto-afetivas podem representar gatilhos emocionais severos para crianças privadas de referências parentais estáveis. Para o autor, a igreja deve atuar na ressignificação desses marcos temporais, impedindo que o calendário litúrgico ou civil se torne um instrumento de segregação emocional. A pastoral, portanto, deve ser o espaço onde a ausência biológica ou social é mediada pela presença comunitária acolhedora.

No campo da Teologia Prática, a pastoral infantil emerge como uma interlocutora cultural relevante, possuindo o potencial de criar espaços de cuidado que transcendem o consumismo e a mercantilização do afeto. Conforme as diretrizes estabelecidas pela Pastoral da Criança (2025, p. 14), o foco da ação eclesial deve ser a promoção da vida plena, combatendo as consequências das promoções de consumo que aprofundam as diferenciações sociais. A mercantilização não apenas estimula hábitos consumistas precoces, mas desenvolve um desejo de posse que, quando não satisfeito, reforça sentimentos de inferioridade e exclusão. A Pastoral da Criança (2025, p. 16) alerta que essa dinâmica contribui para a adultização da infância e para o estresse familiar, exigindo uma postura profética contra a instrumentalização da criança pelo mercado.

2.2. Resiliência e pluralidade nos contextos familiares

É fundamental compreender que a experiência de acolhimento pastoral não apenas mitiga os efeitos da exclusão social e afetiva, mas também promove a resiliência emocional e o desenvolvimento integral. Como ressalta Knitter (2002, p. 78), o cuidado pastoral deve dialogar com as complexidades contemporâneas, ampliando a compreensão do amor cristão para além de modelos tradicionais. Para o autor, a teologia

deve ser capaz de valorizar a pluralidade e a dignidade humana em todas as suas formas de manifestação afetiva. Quando a comunidade de fé valida o vínculo de cuidado, independentemente da configuração familiar, ela oferece à criança uma base de segurança ontológica que o mundo secular muitas vezes lhe nega.

Assim, a perspectiva teológica e pastoral contemporânea não se restringe a uma visão normativa limitada, mas apresenta-se como um espaço de abertura e transformação. Segundo Gumbrecht (2017, p. 63), a teologia prática é capaz de oferecer suporte emocional e espiritual às crianças em contextos familiares diversificados, incluindo aquelas criadas por casais homoafetivos. Essa abordagem inclusiva contribui para a construção de comunidades eclesiais sensíveis às necessidades da infância, onde o critério de pertencimento não é a conformidade a um arranjo biológico, mas a participação na graça e no cuidado mútuo. Ao romper com a exclusão simbólica, a teologia cumpre sua vocação de anunciar uma vida que, de fato, seja plena para todos (Gumbrecht, 2017, p. 65).

2.3. Afeto e consumo: datas festivas e o emocional infantil

As datas comemorativas destinadas à infância e às relações familiares, como o “Dia das Mães”, “Dia dos Pais”, “Natal” e “Dia das Crianças”, ocupam um lugar central na construção simbólica da infância e na reafirmação dos vínculos afetivos socialmente reconhecidos. Conforme demonstra Ariès (1981, p. 112), esses marcos temporais consolidaram-se historicamente como ritos de passagem e de coesão do núcleo familiar moderno. Contudo, para crianças sem referências parentais estáveis, incluindo aquelas inseridas em contextos de acolhimento ou criadas em famílias homoafetivas, esses momentos podem representar gatilhos emocionais intensos. Segundo Bowlby (1984, p. 95), a exposição a rituais que celebram uma presença inexistente exacerba sentimentos de abandono e insegurança, enquanto Parker (2018, p. 67) alerta que a exclusão dessas crianças das narrativas festivas dominantes gera uma fratura em seu senso de pertencimento.

A hegemonia dos modelos familiares heteronormativos, amplamente difundida pela cultura de massa e pela mídia, configura um cenário de vulnerabilidade para crianças de famílias diversas. Nestes contextos, elas encontram-se frequentemente invisibilizadas ou estigmatizadas, o que dificulta a internalização positiva de sua própria identidade. De acordo com Tasker (2005, p. 48) e Goldberg (2010, p. 73), a falta de representatividade em momentos de celebração coletiva sinaliza para o infante que sua estrutura familiar é “anormal” ou menos valiosa. Tal exclusão simbólica impacta diretamente o desenvolvimento socioemocional, podendo, na visão de Ritchie e Johnson (2021, p. 134), favorecer o surgimento de quadros de ansiedade, baixa autoestima e dificuldades severas de relacionamento interpessoal ao longo da vida adulta.

Adicionalmente, a instrumentalização comercial dessas datas amplia a mercantilização do afeto, transformando momentos originalmente dedicados ao reconhecimento das relações em janelas de oportunidade para o consumo exacerbado. Bauman (2008, p. 57) argumenta que essa dinâmica converte o sentimento em

mercadoria, estabelecendo que a medida do amor é a capacidade de compra. Esta lógica aprofunda a disparidade entre os que podem participar plenamente das festividades e aqueles marginalizados socialmente. Para Kastrup (2013, p. 82), a exclusão material potencializa a exclusão afetiva, criando uma hierarquia de infâncias onde o valor da criança é reduzido ao seu potencial de consumo ou à conformidade de sua família aos padrões estéticos do mercado.

Assim, é imprescindível que a análise das datas infanto-afetivas transcenda a mera crítica econômica ao consumismo, incluindo uma abordagem sensível à diversidade familiar contemporânea. Segundo Vygotsky (1998, p. 46), a mediação cultural deve servir ao desenvolvimento integral, e não à segregação; quando a cultura falha em abraçar a pluralidade, ela falha em sua função mediadora. Portanto, de acordo com Frost (2016, p. 29) e Parker (2018, p. 70), é urgente fomentar práticas educativas, pastorais e sociais que promovam o acolhimento genuíno. Somente através de uma revisão crítica desses ritos será possível fortalecer a resiliência dessas crianças, respeitando a dignidade de todas as configurações familiares e rompendo com o ciclo de abandono simbólico imposto pelo calendário comercial.

2.4. Práxis pastoral e a ética da acolhida integral

A concretização de um cuidado divino que proteja efetivamente a infância exige que a práxis pastoral transcenda o discurso teórico e se materialize em uma ética da acolhida integral. Conforme propõe Watson (2014, p. 92), a igreja, enquanto comunidade terapêutica, deve ser capaz de identificar as "feridas invisíveis" geradas pela exclusão simbólica em datas festivas. Para o autor, o acolhimento integral pressupõe uma sensibilidade que reconheça a singularidade de cada criança, oferecendo-lhe um espaço de segurança ontológica que a proteja da pressão do padrão heteronormativo e do consumo. Nesse sentido, a ação pastoral deixa de ser apenas uma assistência religiosa para se tornar um ato de resistência ética contra a marginalização do vulnerável.

Esta ética da acolhida deve, necessariamente, dialogar com as realidades familiares diversas. Segundo ressalta Knitter (2002, p. 81), o amor cristão manifesta-se plenamente quando é capaz de abraçar a pluralidade sem julgamentos normativos que gerem afastamento. Para o autor, a pastoral que ignora as novas configurações familiares, como as famílias homoafetivas ou os arranjos monoparentais, acaba por reproduzir a violência simbólica que as Escrituras ordenam combater. Complementando essa visão, Gumbrecht (2017, p. 68) argumenta que a inclusão é o critério de verdade de qualquer teologia que se pretenda pública e relevante; sem o reconhecimento da dignidade da criança em seu contexto real de vida, a pastoral torna-se um simulacro de cuidado.

Portanto, a implementação de estratégias de proteção exige que as instituições de fé ressignifiquem seus próprios ritos. De acordo com as diretrizes da Pastoral da Criança (2011, p. 22), o papel da comunidade é desconstruir a "adultização" da infância e a dependência do consumo, promovendo momentos de celebração que foquem na presença, no brincar e na partilha. Ao centralizar a criança como sujeito de direitos e de

amor, a práxis pastoral rompe com o ciclo de exclusão. Como defendem Parker (2018, p. 72) e Frost (2016, p. 34), a verdadeira acolhida é aquela que oferece à criança o direito de pertencer e de ser celebrada por quem ela é, garantindo que o cuidado divino seja experimentado como uma realidade tangível e libertadora em sua jornada de desenvolvimento.

2.5. A criança desassistida e o impacto do luto invisível nas festividades

Para além das configurações familiares diversas, o impacto das datas comemorativas atinge seu ápice de complexidade quando analisado sob a perspectiva das crianças desassistidas ou em regime de acolhimento institucional. Como bem observa Ariès (1981, p. 154), a sociedade moderna construiu o Natal e o Dia das Crianças como celebrações de "privacidade e refúgio doméstico", o que, por definição, exclui aqueles que não possuem um lar. Para crianças em abrigos, o Natal deixa de ser uma vivência de segurança para tornar-se o que Bowlby (2002, p. 45) denomina como reiteração do abandono. Segundo o autor, a ausência de uma figura de apego específica durante celebrações que exaltam a união gera uma experiência de "luto invisível", uma dor que não advém da perda de algo que se teve, mas da constatação dolorosa da ausência do que nunca foi ofertado.

Nesse cenário, a figura do Papai Noel e a promessa de recompensa simbólica tornam-se elementos de violência psicológica. De acordo com Winnicott (2005, p. 37), a saúde emocional da criança depende da previsibilidade do cuidado; contudo, a lógica comercial estabelece que o "bom comportamento" é recompensado com presentes, o que leva a criança desassistida a internalizar, erroneamente, que sua situação de privação é fruto de uma falha pessoal. Essa percepção é agravada pela "mercantilização do afeto" descrita por Bauman (2008, p. 111), em que a invisibilidade social do menor institucionalizado é acentuada pelo bombardeio mediático de famílias ideais. Para Bauman (2008, p. 113), a criança que não consome e não pertence a um núcleo tradicional é, aos olhos do mercado, um "refúgio humano" da modernidade líquida, sendo excluída do direito à alegria festiva.

A gravidade desse impacto é reforçada pelos dados do UNICEF (2020, p. 15), que indicam que o isolamento simbólico em datas significativas compromete a formação da autoestima e a capacidade de estabelecer vínculos de confiança no futuro. Na visão de Parker (2018, p. 70), a resiliência dessas crianças depende de uma mediação cultural que valide sua existência fora dos padrões normativos. Portanto, a análise do impacto dessas datas deve considerar que, para o desassistido, a "magia" do Natal ou do Dia das Crianças é substituída por uma percepção de "exclusão ontológica". Segundo defende Frost (2016, p. 29), cabe às instituições pastorais e sociais agir como "família substituta simbólica", ressignificando o afeto para além do objeto material e garantindo que a dignidade da criança não seja anulada pelo silêncio social e pela carência institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação desenvolvida ao longo deste artigo permitiu evidenciar que as datas infanto-afetivas, embora celebradas como marcos de união e alegria, operam frequentemente como mecanismos de exclusão para crianças em situações de vulnerabilidade. A fundamentação na Teoria do Apego de Bowlby (1984, p. 95) e na psicologia de Winnicott (1975, p. 38) demonstrou que a ausência de figuras parentais estáveis ou a falta de reconhecimento de configurações familiares diversas gera impactos profundos na segurança ontológica do infante. Conforme discutido, a dissonância entre a realidade vivida pela criança e o modelo idealizado pela sociedade resulta em um "luto invisível" que compromete o desenvolvimento socioemocional e a construção da identidade.

A análise sociológica, pautada nas obras de Bauman (2008, p. 111) e Ariès (1981, p. 130), revelou que a mercantilização do afeto e a construção histórica da infância contribuem para a invisibilidade das crianças que não se ajustam ao padrão heteronormativo e consumista. O mercado, ao instrumentalizar a carência emocional para fins lucrativos, acaba por aprofundar as desigualdades e estigmatizar aqueles que estão à margem do circuito de consumo. Nesse sentido, a crítica desenvolvida por Postman (1999, p. 45) sobre o desaparecimento da infância adquire especial relevância, alertando para a necessidade de proteger o universo infantil da adultização precoce e da exploração comercial.

No âmbito teológico e pastoral, o estudo reiterou o imperativo ético de uma acolhida integral e inclusiva. Segundo ressaltam Knitter (2002, p. 81) e Gumbrecht (2017, p. 68), a teologia pública deve manifestar-se no cuidado prático aos vulneráveis, transcendendo normatividades excludentes para validar a pluralidade das formas de amor e cuidado. A práxis pastoral é chamada a ser o espaço de ressignificação dos ritos e de proteção da dignidade humana, garantindo que toda criança, independentemente de sua origem ou arranjo familiar, sinta-se pertencente e amada.

Em suma, a superação da exclusão simbólica exige um esforço interdisciplinar que envolva a escola, a igreja e a sociedade civil. É fundamental que as práticas sociais e educativas sejam pautadas pela sensibilidade e pela ética da alteridade, como defendem Parker (2018, p. 72) e Frost (2016, p. 34). Somente através de um olhar inclusivo, que priorize a subjetividade da criança sobre os interesses do capital, será possível transformar as celebrações cíclicas em verdadeiros instrumentos de fortalecimento da resiliência e da justiça social, garantindo à infância o direito ao pleno desenvolvimento e à felicidade autêntica.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: Nova Versão Internacional. São Paulo: Vida, 2011.
- BOWLBY, John. **Apego**: a natureza do vínculo. 3.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BRASIL. [Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)]. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.
- COLEMAN, Philip K.; WILLIAMS, Jenny R. Grief and bereavement in children. In: KASLOW, Florence (ed.). **Encyclopedia of mental health**. 2.^a ed. New York: Academic Press, 2010.
- FROST, David M. **Lesbian, gay, bisexual, and transgender (LGBT) parents and their children**: Research on the family life cycle. In: AMERICAN
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GOLDBERG, Abbie E. **Lesbian and gay parents and their children**: research on the family life cycle. Washington, DC: American Psychological Association, 2010.
- GUMBRECHT, Marc. **Pastoral care in diverse family structures**. Journal of Practical Theology, v. 12, n. 1, p. 45-60, 2017.
- HARRIS, Judith R. **The nurture assumption**: why children turn out the way they do. New York: Free Press, 1998.
- KASTRUP, Vagner. **A sociedade do consumo**. São Paulo: Contexto, 2013.
- KNITTER, Paul. **Introducing theologies of religions**. Maryknoll, NY: Orbis Books, 2002.
- NORTON, Aimee L.; SYLVESTER, Charlotte. **Stigma and identity development in children of same-sex parents**. Journal of Child Psychology and Psychiatry, v. 58, n. 3, p. 234-243, 2017.
- PARKER, Ian. **Terapia familiar e diversidade**: um guia para clínicos. Porto Alegre: Artmed, 2018.
- PASTORAL DA CRIANÇA. **Publicidade e consumo infantil**. Curitiba: Pastoral da Criança, 2025. URL: <https://pastoraldacrianca.org.br/a-crianca-e-o-consumo>. Acesso em: 18 abr. 2026.
- PERRIN, Ellen C. **Promoting the well-being of children whose parents are gay or lesbian**. Pediatrics, v. 131, n. 4, 2013.
- POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- RITCHIE, Laura; JOHNSON, Michael. **Symbolic exclusion and emotional wellbeing in children from LGBT families**. Journal of Family Studies, v. 27, n. 2, p. 156-172, 2021.

STERN, Daniel N. **The interpersonal world of the infant**: a view from psychoanalysis and developmental psychology. New York: Basic Books, 1985.

TASKER, Fiona. **Gay and lesbian parenting**: new perspectives. Child & Family Social Work, v. 10, n. 4, p. 295-308, 2005.

UNICEF. **Situação da infância e adolescência brasileira**. Brasília: UNICEF, 2020.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WATSON, Douglas. **Theological reflections on orphan care**. The Journal of Pastoral Theology, v. 24, n. 2, p. 112-130, 2014.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.